



Desenvolvimento de audiodescrições para peças do Museu Mineiro

Development of audio description for art pieces of the Mineiro Museum

Edson José Carpintero Rezende

Pós-doutorado - Universidade do Estado de Minas Gerais
edson.carpintero@gmail.com

Hermano Monteiro de Castro Silva Costa

Graduação - Universidade do Estado de Minas Gerais
emaildohermano@gmail.com

Camila Feldberg Porto

Mestrado - Universidade do Estado de Minas Gerais
feldbergc@gmail.com

RESUMO

As deficiências visuais prejudicam o acesso à cultura daqueles que as apresentam. Existe, no Brasil, um amplo público com essas características e se torna importante melhorar a acessibilidade para ele. Uma maneira de tornar isso possível é por meio da audiodescrição. Assim, realizou-se uma revisão da literatura sobre essa, com o objetivo de compreender seus aspectos legais, conceituais e de desenvolvimento. Relatar-se-á a experiência com a criação de textos de audiodescrição para cinco peças artísticas do Museu Mineiro, localizado em Belo Horizonte - MG. Esse estudo conclui que é necessário incrementar o desenvolvimento de audiodescrições a fim de aprimorar o acesso de pessoas com dificuldades visuais a objetos culturais.

Palavras-chave: Deficiência visual; Audiodescrição; Museu Mineiro.

ABSTRACT

Visual impairments jeopardize the cultural accessibility of those who have them. In Brazil, there are many individuals with these characteristics, and it is important to improve accessibility for them. One way to make this possible is through audio description. Thus, we carried out a review of the literature on this to understand its legal, conceptual, and developmental aspects. We report an experience with the creation of audio description texts for five art pieces of the Mineiro Museum, located in Belo Horizonte - MG. This study concludes that it is necessary to increase the development of audio descriptions to improve the access of people with visual difficulties to cultural objects.

Keywords: Visual impairment. Audio description. Mineiro Museum.

INTRODUÇÃO

No Brasil, existe uma significativa parcela da população que apresenta deficiências, parcela essa composta por 23,9% dos brasileiros, dos quais 18,6% apresentam deficiências visuais (Cartilha, 2012). Essa realidade demográfica é relevante para uma proposta de acessibilidade, especialmente em ambientes que fomentem a cultura.

As deficiências visuais apresentam diferentes níveis. Consideram-se pessoas com visão reduzida aquelas que podem ter seus problemas corrigidos com cirurgia ou com o uso de lentes; indivíduos com visão parcial conseguem ver e distinguir objetos a curta distância, mas têm dificuldades quando estão muito distantes e os cegos não têm visão ou apenas percebem a luz. Estes necessitam de seus outros sentidos para interagir com o mundo (Berquó & Lima, 2011).

Quando se fala em acessibilidade, as primeiras referências que surgem são as relacionadas a barreiras físicas no ambiente construído, remetendo à dificuldade de locomoção. Entretanto, a acessibilidade vai além dessa concepção. Ela deve permitir que qualquer pessoa realize atividades com segurança, autonomia e conforto (Furlanetto, Kalil, Perin, & Gelpi, 2013; Pivetta, Almeida, Saito, & Ulbricht, 2016).

Sassaki (2009) fala de seis diferentes dimensões da acessibilidade: (1) a acessibilidade arquitetônica, referente a espaços livres de barreiras físicas; (2) acessibilidade comunicacional, comunicação entre as pessoas livre de barreiras; (3) acessibilidade metodológica, inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de estudos, trabalho, ação comunitária, lazer, entre outros; (4) acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de trabalho, estudo ou lazer; (5) acessibilidade programática, inexistência de barreiras intangíveis em políticas públicas, normas e regulamentos e (6) acessibilidade atitudinal, livre de preconceitos, estigmas, discriminação e estereótipos. As seis dimensões de acessibilidade são complementares entre si e cada indivíduo pode necessitar de uma mais que de outras (Fávero, & Costa, 2014, Melo, 2006, Sassaki, 2009).

Todas as pessoas com deficiências devem ser legalmente amparadas pelo governo. Existem leis, desde a Constituição Federal de 1988 (CF-88) até as leis de acessibilidade e normas técnicas, que enfatizam os direitos desses cidadãos (Sassaki, 2009). Para exemplificar, o artigo 203 da CF-88, assegura que será prestada assistência social a quem precisar, com o objetivo de habilitar e reabilitar pessoas com deficiências, promovendo a integração à vida comunitária (Constituição, 1988).

Destaca-se, aqui, o artigo 216-A da CF-88, incluído em 2012, pela Emenda Constitucional nº 71, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura. Esse, deve promover políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes e tem como objetivo favorecer o desenvolvimento humano, social e econômico. No parágrafo primeiro do artigo 216-A, fala-se dos princípios do Sistema Nacional

de Cultura, dos quais o segundo é a universalização do acesso aos bens culturais (Emenda Constitucional n. 71, 2012).

O acesso à cultura por pessoas com deficiências visuais é dificultado devido ao senso comum de que a cultura é muito pautada em imagens e referências visuais. Hoje, a cultura é extremamente imagética e a visão é considerada como o principal dos sentidos, isto é, há uma valorização excessiva da visão. Pessoas com deficiências visuais também prezam por experimentar as mesmas experiências que as sem deficiências, mas grande parte daquelas fica privada disso pela falta de acessibilidade. Todo indivíduo tem direito ao lazer, seja como criador ou expectador, não importando o nível de educação, sexo, idade, condição social ou física. Produtos audiovisuais contribuem para a formação de indivíduos e, por serem as principais mídias atuais, estão fortemente ligadas ao desenvolvimento humano e social (Vilaronga, 2010).

Um importante lugar cultural é o museu. Ele é uma parte da sociedade que evidencia a sua história por meio de acervos (Castro, & Cutrim, 2016). Segundo o Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Lei n. 11.904, 2009).

Ademais, conforme seu artigo 35, deverá haver acessibilidade universal para os diferentes públicos.

Portanto, acredita-se que produtos audiovisuais sejam boas ferramentas para assegurar a interação de pessoas com deficiências visuais em museus, especialmente por meio da audiodescrição (AD).

AUDIODESCRIÇÃO E LEGISLAÇÕES

A AD é uma ferramenta que possibilita o acesso de pessoas com deficiências visuais às mídias audiovisuais. Esta consiste na transformação de uma imagem bidimensional ou tridimensional, estática ou em movimento, em um texto, para que a informação se torne disponível a quem não tem a visão. É realizada principalmente em peças teatrais, cinema e televisão, mas pode se estender a museus, espetáculos de dança e outros eventos. O processo se dá na criação de um roteiro que é narrado ao espectador como complemento do objeto em questão. Esse roteiro descreve o que se passa visualmente por meio de um canal de áudio nos intervalos das falas e sons importantes – se houver (Araújo, 2010, Benecke, 2004, Costa, 2011, Franco, & Silva, 2010, Orero 2008, Vilaronga, 2010, Whitehead, 2005).

O ato de descrever o que se passa visualmente a quem não tem a visão sempre existiu. Entretanto, foi a partir da dissertação de Gregory Frazier e suas ideias, que a audiodescrição tomou forma como ferramenta formal. Ela se consolidou com os trabalhos de Margaret e Cody Pfanstiehl nos anos 80, que também levaram a AD a museus, parques e monumentos nos Estados Unidos na forma de fita cassete. Depois disso, a AD passou a ser acolhida em países da Europa, no Canadá, na Austrália e na Argentina (Benecke, 2004, Franco, & Silva, 2010).

No Brasil, a audiodescrição foi utilizada publicamente em 2003, no Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência. Além disso, a promulgação da lei 10.098, em 2000, com as alterações dos decretos 5.295, 5.645 e 5.762, garantiu a AD legalmente aos brasileiros que dela necessitassem. No entanto, mesmo com mais de uma década, é evidente que a lei não é cumprida veementemente, e a tecnologia da ferramenta ainda deixa a desejar (Franco, & Silva, 2010).

A Lei 13.146 de 2015, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, determina, em seu artigo 67, inciso III, que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso da audiodescrição. Posteriormente, no artigo 73, estabeleceu-se que o poder público é o responsável por capacitar profissionais para a audiodescrição (Lei n. 13.146, 2015).

ASPECTOS CONCEITUAIS RELEVANTES DA AUDIODESCRIÇÃO

Quando se aborda a AD, surge o questionamento quanto à sua conceitualização como língua, transcrição ou adaptação. Normalmente entendem-se línguas por idiomas, mas não é apenas o ato da fala ou da escrita que as expressam. Outras formas de comunicação também podem ser consideradas línguas. Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o principal idioma que garante a comunicação de pessoas com deficiência auditiva total e, nesse caso, o português se torna idioma secundário (Franco, 2006).

Costa (2011) questiona se a AD seria uma tradução ou uma adaptação, já que esta consiste em modificar um texto e em torná-lo acessível a um novo público. A autora explica que a adaptação possui um grau de flexibilidade criativa maior em relação ao material original, quando comparado à tradução, e pode trazer elementos diferentes do original. A tradução, entretanto, é rigorosa em não alterar o objeto traduzido, aspecto que deve ser presente na AD.

Para Jakobson (1971) existem três tipos de tradução: a tradução intralingual ou a interpretação de signos verbais por meio de outros signos verbais; a tradução interlingual ou a interpretação de signos verbais por meio de uma língua diferente; e a tradução intersemiótica ou a interpretação de signos ver-

bais por meio de signos não verbais. Por esse enfoque, entende-se que a AD se enquadraria na última definição, pois trata-se de em uma tradução de uma imagem em um texto verbal.

Para Araújo (2010) a AD consiste em mais do que a descrição de elementos visuais, pois aspectos técnicos, linguísticos e filmicos também devem ser levados em consideração. Deve-se pensar qual informação priorizar, qual o tempo destinado a cada fala para que não interfira no som do próprio produto (caso exista, como em filmes, programação de TV, teatro, etc.), como será a entonação do narrador, se o texto será no estilo literário ou técnico, dentre outros.

Assim, entende-se que a audiodescrição é uma ferramenta de tradução, para a qual existe um mercado composto por pessoas com deficiências visuais, pronto para consumir esse novo material. Segundo Santana (2010), há cerca de 16,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual no Brasil. Estas podem ser um grande e novo mercado consumidor, que, além de usufruírem de um novo meio de entretenimento, teriam a AD como caminho para a inclusão social.

FORMULAÇÃO DE UMA AUDIODESCRIÇÃO

Sobre o processo de formulação de uma AD, Benecke (2004) o divide em etapas. Inicialmente é necessário escolher uma peça a ser descrita. A maioria das pessoas com deficiência visual total ou parcial gosta de assistir aos mesmos programas, de televisão, por exemplo, que aqueles sem dificuldades. Entretanto, nem todos são adequados à audiodescrição, como filmes com movimentos muito rápidos ou com roteiros contínuos, como programas de notícias.

A seguir, deve-se escrever um rascunho do roteiro. O escritor deve ter consciência de que indivíduos buscam diferentes tipos de descrição, que variam de acordo com idade ou grau de visão. A próxima etapa é a revisão do texto, que pode ser feita como uma leitura ao vivo, para possivelmente poupar tempo de gravação. Posteriormente, são feitos ajustes de volume, para que o som do fundo não se torne tão alto a ponto de se sobressair à descrição narrada. Aqui, também são tratadas as questões de voz e tempo. Por último, é importante escutar a gravação novamente para detectar quaisquer erros (Benecke, 2004).

Pozzobon (2010) afirma que uma norma subliminar da AD é a relativização de outras normas. Por exemplo: diálogos ou ruídos importantes de uma cena nunca podem ser sobrepostos pela descrição. Porém, há casos em que esses sons são muito extensos, ocupando toda a cena. Portanto é necessário selecionar qual é o ruído menos importante para ser sobreposto pela descrição que, por sua vez, deve ser a mais sucinta possível. Para o audiodescritor, além de clareza e síntese do texto, compreensão do conteúdo e consciência de sua forma narrativa, é, igualmente importante, a imparcialidade perante o objeto

descrito. Orero (2008) lembra que, assim como a audiodescrição, o processo de narração pode ser considerado universal, mas varia fortemente de acordo com a cultura de cada região.

No que tange à AD em museus, é necessário destacar que a manifestação material cultural presente nesses ambientes recebe um significado criado por uma sociedade, que o cria conforme as inter-relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas e são relacionadas às suas realidades temporais, culturais, sociais e históricas. Dessa maneira, três fatores devem ser considerados quanto à AD em museus: o sujeito, isto é, a pessoa com deficiência visual; o objeto a ser descrito e o meio, ou seja, o museu e seus espaços (Cardoso, Silva, & Zardo, 2017).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Tendo em vista todo o cenário da AD, será relatada aqui a experiência de uma equipe da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais. O trabalho de natureza extensionista consistiu em redigir um roteiro completo para uma posterior gravação de AD de cinco das sete peças da Sala do Colecionador do Museu Mineiro, que é um dos museus mais antigos do Estado de Minas Gerais. Implantado em 1982, o Museu Mineiro tem seu acervo composto por obras de diferentes períodos da história mineira, que remetem à formação do Estado. Tem um perfil enciclopédico e o objetivo de preservar as riquezas de Minas Gerais¹.

Primeiramente, foi realizado um treinamento com um tutor da Associação Mídia Acessível (MIDIACE), a qual existe sem fins lucrativos e vem desenvolvendo essa demanda específica de trabalho. O tutor descreveu a escultura de São Miguel Arcanjo, assim como elementos gerais do ambiente onde a mesma se encontrava. Um dos alunos observou e participou com comentários desse primeiro momento. Logo em seguida, o aluno redigiu seu próprio roteiro para a imagem de São Francisco de Paula, atribuída a Mestre Ataíde. O tutor seguiu de perto, ajudando a elaborar melhor o texto e a desenvolver o raciocínio. O princípio a ser seguido para a elaboração de um roteiro para a AD consiste em descrever os elementos que chamam mais atenção visualmente e depois citar os elementos mais discretos. Entretanto, essa regra por vezes era negligenciada para o bem da coesão textual.

Posteriormente, o aluno redigiu o roteiro para as outras cinco telas da sala (todas atribuídas a Mestre Ataíde) sem o auxílio do tutor. Ao ser finalizado, o roteiro foi enviado ao tutor para a revisão e, mais tarde, foi encaminhado a outro especialista da área, para ser novamente apurado.

1. Museu Mineiro. Histórico. Recuperado em 02 de abril 2018, de <http://www.museumineiro.mg.gov.br/historico/>

DESCRIÇÃO DAS OBRAS DA SALA DO COLECIONADOR - MUSEU MINEIRO

É intitulada como "Sala do Colecionador" por ter abrigado anteriormente a Coleção Hildergado Meireles. A sala é retangular e a cor predominante nas paredes é o vermelho. Está situada logo à frente da entrada principal do Museu Mineiro e é ladeada por duas salas repletas das mais variadas obras de arte. Ao adentrar a Sala do Colecionador, depara-se com São Miguel Arcanjo, localizado ao fundo da sala, sobre uma base vermelha, com uma escultura em estilo rococó do século XIX e protegido por uma vitrine que vai do teto ao chão. O talhador não é identificado. A estátua dourada foi esculpida em madeira e é policromada.

Todo o trabalho de douramento e pintura da obra é atribuído a Joaquim José da Natividade, artista que atuou na região do Rio das Mortes em fins do século XVIII. A obra tem um metro e vinte cinco de altura, oitenta de largura, cinquenta de profundidade e pesa vinte quilos. A estátua se encontra sobre um adorno em forma de nuvem dourada e, abaixo deste, há uma base de madeira em tom vermelho-sangue.

Duas asas saem das costas de São Miguel Arcanjo e ele traça vestimenta de soldado romano. Mantém o braço direito levantado, com a mão posicionada à altura da cabeça, segurando uma cruz alta e fina, que está apoiada no chão e ultrapassa a sua cabeça. O braço esquerdo está posicionado à altura da cintura e ligeiramente estendido para frente. Sua mão esquerda, com a palma voltada para baixo, segura uma balança de metal de origem caldeia, que é conhecido como o símbolo da justiça (FIG. 1).

Figura 1 – São Miguel Arcanjo



Fonte: <http://www.museumineiro.mg.gov.br>

São Miguel Arcanjo encontra-se ladeado por seis telas de autoria de Manoel da Costa Ataíde, nascido em Mariana, em 1762, e falecido em 1830. Também conhecido como Mestre Ataíde, foi o grande mestre da pintura barroca/rococó mineira. Seus trabalhos são apontados por especialistas como a mais extraordinária expressão da arte pictórica no mundo luso-brasileiro do século

XVIII e início do século XIX. Há três obras de cada lado. Iniciando-se pela esquerda, mais próximo à entrada, encontra-se a Tela 1.

Tela 1: São Francisco de Paula, séc. XVIII/XIX, têmpera sobre tela

Com uma moldura dourada, a obra tem um fundo degradê de tons azulados no topo e amarronzados na base, vê-se um homem de aparência idosa, vestindo uma túnica e capuz negros, com o olhar benevolente voltado para o céu. Ele possui uma expressão forte e séria. Sua face apresenta barba e bigode brancos e espessos. Segura firmemente em suas mãos um cajado simples e de tom amadeirado. Sobre a cabeça de São Francisco de Paula, a qual está envolta por uma auréola branca, há um pequeno círculo também branco, contendo em latim as palavras em negro "CHA RI TAS", que significa benevolência ou oferta. Desse pequeno círculo, emanam raios de luz esbranquiçados sobre toda a imagem do homem (FIG. 2).

Figura 2 – São Francisco de Paula



Fonte: <http://www.museumineiro.mg.gov.br>

Tela 2: São Camilo de Lelis, sec. XVIII/XIX, têmpera sobre tela

Essa obra também apresenta uma moldura dourada. A tela tem um fundo azul cortado por um feixe de luz esbranquiçado, que sai do canto superior direito para o centro da imagem até atingir um homem aparentando meia idade, que é São Camilo de Lelis. Ele traça uma túnica negra, com detalhes de cruz laranjas. Uma delas está cortada, na altura do ombro direito do homem e a outra está na altura do peito direito, e tem aproximadamente o tamanho da mão do homem. São Camilo repousa a sua mão esquerda abaixo da segunda cruz. Ele

possui cabelos pretos e curtos, com fundas entradas, tem a face magra, nariz fino e pontiagudo e um bigode esbranquiçado que se encontra com uma barba rala com fios negros e brancos. São Camilo olha fixamente para baixo, para uma caveira amarronzada e com dentes brancos, que ele segura com sua mão direita, repousada sobre um livro aberto em cima de uma mesa esverdeada. Sobre esta e abaixo do ponto de luz da tela, vê-se uma cruz de madeira, da qual pende a imagem de Jesus Cristo, em meio ao raio de luz, voltada em direção à imagem de São Camilo de Lellis (FIG. 3)

Figura 3 – São Camilo de Lellis



Fonte: <http://www.museumineiro.mg.gov.br>

Tela 3: São Nicolau Tolentino

Assim como as demais obras, também apresenta uma moldura dourada. À frente de um céu azul claro encontra-se a figura de um homem de aparência idosa, de cabelos e barba brancos. Tem um rosto quadrado, um nariz plano e a feição triste olhando para baixo, com a cabeça virada para a esquerda e uma fina auréola branca acima de sua cabeça. Traja uma túnica longa e marrom e tem as mãos juntas na altura do peito, com os dedos estendidos para frente. Em seu colo, há um livro aberto, sobre o qual repousam dois lírios brancos e dois botões da mesma flor, e, ao seu lado direito, ergue-se uma cruz de tons amadeirados. Também à sua direita, uma nuvem de tons de bege se estende do alto e sobre ela há a figura de uma pequena criança de cabelos loiros, rosto sereno, olhos fechados e um par de asas vermelho-alaranjadas. Uma faixa de tecido de tom de abóbora flutua na frente de seu desnudo corpo roliço. Enquanto a sua mão direita ergue um ramo verde-escuro, a esquerda se estende aberta para baixo, em direção ao livro de São Nicolau Tolentino (FIG. 4).

Figura 4 – São Nicolau Tolentino



Fonte: <http://www.museumineiro.mg.gov.br>

Tela 4: São Pedro Apóstolo

Em uma tela, de moldura dourada, com o fundo azul claro e com silhuetas escuras de árvores e folhagens pretas, um homem de aparência idosa tem o olhar atento voltado para a esquerda e para cima. Seu rosto, que parece ligeiramente deformado, apresenta um nariz fino, olhos negros com finas sobrancelhas, orelhas grandes, barba e bigode acinzentados, que emolduram a sua face. Tem cabelos escassos da mesma cor e uma fina auréola branca sobre sua cabeça. Tem o físico de aparência magra, traja trapos folgados de cor verde-petróleo, com gola larga, de forma a mostrar seu peito magro e, em torno de si, usa um manto de tom abóbora que se prende ao seu braço esquerdo. Suas mãos repousam juntas à altura do abdômen, com dedos entrelaçados. À sua direita, com o bico laranja voltado para a esquerda, encontra-se a imagem de um galo negro, com crista e papo avermelhados e olhos alaranjados com detalhes brancos logo abaixo destes. No canto superior direito da tela, emoldurados por uma nuvem, estão dois rostos redondos de crianças, de semblantes serenos e cabelos castanhos. O rosto da direita possui o olhar voltado para cima e, logo abaixo, um par de asas de cor vermelho-alaranjada contorna seu pescoço. O da esquerda tem asas brancas também contornando seu pescoço e tem os olhos fechados e face voltada para São Pedro Apóstolo (FIG. 5).

Figura 5 – São Pedro Apóstolo



Fonte: <http://www.museumineiro.mg.gov.br>

DISCUSSÃO

A AD consiste em transmitir uma obra quase inteiramente visual em um formato de áudio, que, segundo Franco (2006), poderia ser outra língua. Não se trata de uma adaptação, pois a obra deve permanecer a mesma durante todo o processo, como explica Costa (2011).

No que se refere à metodologia, Benecke (2004) divide o processo em etapas. Essas etapas foram identificadas claramente durante o estudo, porém se mostraram muito mais orgânicos que o descrito, assim como afirma Pozzobon (2010), principalmente em se tratando da revisão, que se mostrou um processo constante durante todo o desenvolvimento do roteiro.

Os elementos relacionados à história da arte, cujo conhecimento foi adquirido durante a formação do aluno, foram aplicados e, apesar de sutis, instigaram o acadêmico a novas pesquisas a respeito do tema. O refinamento do olhar e a descrição detalhada das obras também representam um ganho nessa experiência acadêmica.

Essa tradução possui um público-alvo bem específico, que apresenta demanda pela AD. Apesar de diversas vezes o tutor mencionar as preferências desse público para a AD, o aluno sentiu a falta do contato direto e de um estudo mais aprofundado sobre como a AD deveria ser feita para os cegos, e não como ela já é feita. Como Orero (2008) diz, a tradução varia fortemente de acordo com cada região.

Há que se mencionar que, para que os textos produzidos sejam efetivamente úteis é necessário um aporte financeiro público para a aquisição de equipamentos. Todo o trabalho, por enquanto, ficará guardado e a disposição do Museu Mineiro, até que um projeto de AD seja implementado nesse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiodescrição no Brasil ainda se encontra pouco explorada, apesar de ótimas iniciativas, como a da associação MIDIACE, e de existirem leis voltadas à inclusão social. Não foi identificado um estudo de público e o processo de formulação da AD permanece o mesmo há anos. Ressalta-se que não se sabe muito claramente o que o público brasileiro com deficiência visual total deseja nos produtos de AD em museus. Sugere-se que a aproximação acadêmica auxilie na melhoria da AD enquanto não se tem uma ênfase maior por parte do governo para o assunto. Aqui, encontra-se a possibilidade de outro estudo sobre como aprimorar essa técnica e de como expandi-la.

AGRADECIMENTO

Vale registrar agradecimento especial a Vânia Silveira da MIDIACE (Associação Mídia Acessível) que atuou como tutora do bolsista, à Universidade do Estado de Minas Gerais – Pró-reitoria de Extensão, por meio de edital PAEX (Programa de Apoio a Extensão), que foi quem disponibilizou a bolsa ao orientando e a Andreia Menezes de Bernardi diretora do Museu Mineiro à época da elaboração das audiodescrições.

REFERÊNCIAS

Araújo, V. L. S. (2010). A formação de audiodescritores no Ceará e em Minas Gerais: uma proposta baseada em pesquisa acadêmica. In: L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Benecke, B. (2004). Audio-Description. *Meta*, 49(1), 78-80. Recuperado em 14 de outubro 2013, de: <http://www.erudit.org/revue/meta/2004/v49/n1/009022ar.html>

Berquó, A. F. B., & Lima, D. F. C. (2011). Informação especial no museu – Acessibilidade: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília, DF, Brasil, 12.

Cardoso, E., Silva, T. L. K. da., & Zardo, K. O. (2017) Design para experiência multissensorial em museus. *Educação e Contemporaneidade*, 26(50), 135-158. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/4268/2665>

Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. (2012). Brasília. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>

Castro, E. P., & Cutrim, K. D. L. (2016). Economia criativa no museu Casa da Festa em São Luís – MA: estratégias, inovações e desenvolvimento do turismo cultural. *Revista Interface*, edição especial, ago-dez, 49-63. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43509/economia-criativa-no-museu-casa-da-festa-em-sao--->

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 02 abril 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costa, L. M. (2011). Audiodescrição, transformação de imagens em palavras: tradução ou adaptação audiovisual. *Tradução & Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores*, 1(22), 31 - 41. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/traducom/article/viewFile/1813/1721>

Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. (2012). Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília. 2012. Recuperado em 02 de abril 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm

Fávero, C. H., & Costa, H. G. (2014). Inclusão: a acessibilidade como garantia de educação de qualidade. Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, Brasil, 11. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/44520505.pdf>

Franco, E. P. C. (2006). Legenda e áudio-descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes. *Ciência e Cultura*, 1(58), 12-13.

Franco, E. P. C., & Silva, M. C. C. C. da. (2010) Audiodescrição: breve passeio histórico. In: L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Furlanetto, C., Kalil, R. M. L., Perin, P. M., & Gelpi, A. (2013). Qualidade urbana e mobilidade: condições de acessibilidade em habitação de interesse social. *Revista brasileira de ergonomia*, 8(2), 1-18. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/210/181>

Jakobson, R. (1971). Aspectos linguísticos da tradução. In: R. Jakobson. *Linguística e Comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cultrix.

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. (2009). Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 02 de abril de 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. Recuperado em 02 de abril 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Melo, A. M. (2006). Acessibilidade e design universal. In: D. T. Pupo, A. M. Melo, & S. P. Ferrés. *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: Elsevier.

Orero, P. (2008) Three different receptions of the same film: 'The Pear Stories Project' applied to audio description. *European Journal of English Studies*, 12(2), 179 - 193.

Pivetta, E. M., Almeida, A. M. P., Saito, D. S., & Ulbricht V. R. (2016). Desafios da acessibilidade no ensino superior: estudo de caso na Universidade de Aveiro. *Educação*, 39(2), 166-174. Recuperado em 02 de abril 2018, de: <http://www.re-dalyc.org/pdf/848/84847029005.pdf>

Pozzobon, F. (2010). Blind Tube: conceito, audiodescrição e perspectivas. In: L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho. Audiodescrição: transformando imagens em

palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Santana, M. (2010). A primeira audiodescrição na propaganda da TV brasileira: Natura Naturé um banho de acessibilidade. In: L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), Ano XII, mar./abr., p. 10-16. Recuperado em 02 de abril 2018, de: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319

Vilaronga, I. (2010) Olhares Cegos: a audiodescrição e a formação de pessoas com deficiência visual. In: L. M. V. M. Motta & P. Romeu Filho. Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Whitehead, J. (2005). What is áudio description. International Congress Series, 1282, 960-963. Recuperado em 02 de abril 2018, de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0531513105009209>

Data de submissão: 02/04/2018

Data de aceite: 20/11/2019